

Funaro mostra seu plano ao PMDB

O verdadeiro objetivo da reunião de hoje, porém, será conseguir apoio para a negociação externa.

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, vai explicar hoje de manhã aos constituintes do PMDB como será o novo plano econômico que o governo apresentará aos credores. O encontro tem um sentido prático: o presidente Sarney quer o apoio do partido para as novas medidas. E se esse apoio não vier ficará difícil convencer os banqueiros externos da viabilidade do plano.

O assessoria de Funaro considera o momento bastante apropriado para esse encontro: terça-feira última, a comissão executiva do PMDB deu seu apoio oficial à política econômica do governo. Além disso, ontem, os três governadores da região Sul — Pedro Simon, do Rio Grande do Sul; Pedro Ivo, de Santa Catarina; e Alvaro Dias, do Paraná — também manifestaram total apoio a Funaro e a Sarney. Só falta agora obter o apoio dos líderes do partido na Constituinte, o que parece um pouco mais difícil.

Segundo o ministro, na reunião de hoje haverá uma discussão geral sobre a economia brasileira, além de ser apresentados os principais pontos do que ele chama de programa de metas para os próximos quatro anos, que será enviado aos credores. Uma fonte do Minis-

tério da Fazenda informou que o ministro entregará aos parlamentares um documento detalhando a nova estratégia do governo para a renegociação da dívida externa, que deverá ser o principal assunto do debate. Mas Funaro também não deixará de abordar a situação interna da economia, especialmente as medidas que o governo adotará para combater a inflação, baixar as taxas de juros e evitar a recessão.

Investimentos

O ministro, segundo os assessores, organizou detalhadamente a sua exposição. Não levará um texto pronto, apenas uma relação de tópicos em que se baseará para realizar sua apresentação. Esta será encabeçada por um histórico de sua gestão frente ao Ministério da Fazenda, especialmente os pontos positivos gerados pelo Plano Cruzado.

Funaro destacará que, apesar da retomada da inflação, dos juros altos e de sinais de desaquecimento econômico, o Brasil não caminha para uma recessão. Seus assessores anteciparam que o ministro reafirmará o princípio básico do presidente José Sarney, de não se levar o País novamente para a recessão.



Mas, como Funaro não conseguirá evitar a recessão apenas com boas intenções, ele apresentará os caminhos que o governo adotará para sustentar o crescimento econômico. Ressaltará, especialmente, os Cz\$ 126 bilhões (a preços de hoje), que o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) destinará em 1987 para investimentos dos setores público e privado.

Na área externa, o ministro ratificará a posição de continuar "negociando firme", com os credores, e que o Brasil não abrirá mão do princípio de reduzir o pagamento dos juros da dívida até a capacidade da economia de gerar superávits.

Funaro dirá aos parlamentares do PMDB que o País, agora, pretende negociar com os credores

dentro do horizonte de quatro anos.

É neste prazo que o programa de metas econômicas está sendo montado. Entre outras metas, o programa relacionará um crescimento de 5 a 7% para a economia; redução do déficit público; superávits comerciais crescentes (a partir de US\$ 6 bilhões em 1987); novos empréstimos externos entre US\$ 4 e US\$ 5 bilhões ao ano; e uma inflação mensal estabilizada no patamar de 10% nos próximos três meses, declinando em seguida.

O encontro entre o ministro e a bancada do PMDB, segundo se informa no Palácio do Planalto, é muito mais de caráter partidário, para um acerto de posições. É o encontro de um ministro do PMDB com a maior representatividade do seu partido e durante o qual o ministro deverá tentar provar que a política econômica que ele procurou executar até aqui está afinada com as "bandeiras" do partido. Se o ministro não tiver êxito neste seu empreendimento, na certa voltará recheado de sugestões para alertar o curso da atual política econômica — segundo a expectativa de assessores do presidente, e são estas sugestões que interessam, neste momento, a Sarney.

O presidente está tão empenhado na "costura" das linhas mestras do novo plano e da nova estratégia de política econômica do governo, que reservou um longo espaço livre na sua agenda para toda a primeira quinzena deste mês, a fim de que possa fazer um esforço concentrado no assunto.

Mas, embora não tenha ainda pronto um esboço formal do novo plano de desenvolvimento, mesmo porque não se sabe ainda o resultado da negociação da dívida externa, o presidente já sabe o que quer, em essência: manter o crescimento econômico, fazer o País voltar à economia de mercado e garantir a redução do déficit social. Qualquer novo plano que venha a ser concebido terá de obedecer a estes três princípios fundamentais.

Críticas

Além do encontro de hoje com a bancada do PMDB, o ministro Funaro marcou também para o dia 21 um debate com deputados de todos os partidos, na Câmara Federal. Só que essa reunião acontecerá depois que já tiverem sido dados os primeiros passos da renegociação da dívida, que acontecerão entre os dias 8 e 10, nos EUA, a propósito da assembleia-geral do FMI e do Banco Mundial.

Negociação efetiva com os credores começa dias 9 e 10

No pronunciamento que fará esta manhã, perante a bancada do PMDB no Congresso, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, informará que o processo efetivo de negociação com os credores será aberto nos dias 9 e 10 do corrente, quando ele se reunirá em Washington e Nova York, com representantes de governos e bancos credores para a apresentação formal da proposta de financiamento quadrinial da dívida externa brasileira.

Até lá, o comportamento do governo vai ser no sentido de evitar manifestações retóricas, para não irritar ainda mais os banqueiros,

nessa fase de consolidação das linhas de curto prazo, abertas ao Brasil pelos bancos credores. Desde a extinção do prazo de vigência dos contratos, no dia 31 de março, passou a vigorar um contrato não escrito, pelo qual os bancos concordam em manter essas linhas de US\$ 15 bilhões, essenciais ao financiamento do comércio exterior brasileiro e à sustentação dos bancos privados brasileiros no Exterior, por um prazo entre 30 e 60 dias.

Essa situação de informalidade não é original e já foi enfrentada durante vários meses em 1983,

no auge da crise cambial brasileira. A diferença é que, naquela ocasião, o Brasil deixou de pagar os juros e o principal da dívida, por absoluta falta de reservas, mas ainda assim não recorreu à moratória unilateral.

No próximo dia 15 vencerá uma parcela de US\$ 10 bilhões do principal da dívida externa brasileira, referente ao exercício de 1986 e até lá deverá ser mantido um entendimento com os bancos credores para a rolagem automática. Essa é, também, uma das missões que o ministro da Fazenda desenvolverá nos Estados Unidos.

Seja como for, é necessário formalizar um acordo que não se fará isoladamente. O objetivo do governo, conforme explicará o ministro da Fazenda em seu pronunciamento de hoje na Câmara, é promover uma rolagem do principal da dívida pelo menos pelos próximos quatro anos, e definir um esquema de pagamento de juros compatível com as disponibilidades cambiais do País, de tal forma que o presidente Sarney, pelo resto de sua administração, não tenha mais preocupações com a dívida externa, ainda que seu mandato seja de seis anos.

Archer: plano de estabilização deve incluir a dívida.

A condição básica para que qualquer plano de estabilização econômica interna dê certo, independente de quem sejam seus autores, é a necessidade de se resolver primeiro a questão da dívida externa, disse ontem em Brasília o ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer. Apesar de afirmar não ter nenhum conhecimento so-

bre o novo plano que está para ser anunciado, Archer acredita que "não se pode desencadear nenhum programa interno sem que estejam definidas as regras do jogo para a negociação externa".

O ministro da Ciência e Tecnologia, que é um dos amigos mais próximos do deputado Ulysses Guimarães, ressaltou que já se tentou

fazer um plano de estabilização (referindo-se especificamente ao Plano Cruzado). Porém, "se esqueceram de que o País tinha uma dívida de US\$ 109 bilhões" e as estruturas internas foram completamente abaladas. Por isso, acredita que, se o governo não definir primeiro com clareza a maneira de negociar a dívida externa, difícil-

mente um plano interno se sustentará.

O ministro afirmou estar recebendo dos Estados Unidos posições contrárias à adoção de *copyright* (direito autoral) para a proteção dos programas de computador (*software*), "quando a pressão exercida por este país era para que esse regime fosse adotado".

Petrobrás: prejuízo de US\$ 4 milhões por dia.

O presidente da Petrobrás, Osires Silva, disse ontem que a receita gerada pela venda interna dos derivados de petróleo não está atualmente cobrindo os custos e a empresa está amargando um prejuízo de US\$ 4 milhões (Cz\$ 88 milhões) por dia, pois vende o barril de petróleo por US\$ 13,60 (Cz\$ 299,20) no mercado interno e está comprando "a quase US\$ 20 (Cz\$ 440,00)".

Osires citou o ministro Aureliano Chaves, para quem agora se trata de decidir quem vai pagar por esta defasagem, se o contribuinte, através do Tesouro Nacional, ou os consumidores, via aumento de preços.

A principal fonte de renda da Petrobrás, segundo explicou, é a produção interna de petróleo e o custo médio de produção está em US\$ 11 (Cz\$ 242,00) por barril, bastante próximo ao preço interno de

realização, de US\$ 13,60. Como a empresa deve importar a metade do petróleo consumido no País, à US\$ 20 por barril, a venda interna dos derivados de petróleo não está mais cobrindo os custos de importação, gerando então, esse prejuízo estimado de US\$ 4 milhões (Cz\$ 88 milhões) por dia.

Os preços da gasolina e do álcool, graças ao empréstimo compulsório, foram os que acompanharam mais de perto a variação do IPCA/IPC dos últimos dois anos.

A Petrobrás vem deixando de pagar algumas centenas de milhões de cruzados a municípios onde explora petróleo, por conta de um acordo feito com empresas de serviços, nacionais e estrangeiros, que isenta essas firmas do pagamento do Imposto Sobre Serviços. A denúncia é do secretário de Finanças de Aracaju, José Augusto

Rezende, revelando que a empresa estatal já está sendo executada judicialmente para pagar Cz\$ 150 milhões devidos à Prefeitura por determinação judicial. Outros municípios prejudicados são Macaé e Campos, no Estado do Rio.

Segundo a denúncia, a Petrobrás firmou acordos com as empresas de serviços que lhe prestam apoio nas operações de exploração e produção de petróleo na plataforma continental, pelos quais elas ficam isentas de impostos devidos aos municípios respectivos. Para José Augusto Rezende, a iniciativa é ilegal, "pois a Petrobrás não pode arrogar-se o direito de decidir sobre a questão, que é atribuição exclusiva das Prefeituras regulamentada em lei". Ele informou que o prefeito de Aracaju, que se encontra no Rio, vai reunir-se com os prefeitos de Macaé e de Campos

para discutir a questão, além de contactar a própria Petrobrás. Também discutirá o pagamento de cerca de Cz\$ 8 milhões em *royalties* atrasados, pela exploração de óleo no município.

Deverão ser concluídos na próxima segunda-feira os testes de produção no poço pioneiro Leste Urucu (sigla LUC-1), que está sendo perfurado pela Petrobrás no Alto Amazonas, com o objetivo de comprovar a existência, na região, de uma nova província petrolífera.

Ainda que os trabalhos de prospecção de petróleo no Alto Amazonas estejam em fase de desenvolvimento, há previsões na Petrobrás de que a região poderia conter jazidas com reservas em torno de 500 milhões de barris, o que corresponderia a 40% do total atual das reservas brasileiras de petróleo.